



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

**ACTA NÚMERO DEZOITO**

**----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E OITO. -----**

----- Aos doze dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de dezanove de Setembro de dois mil e oito -----**

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Três Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

----- **Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de dois mil e nove -----**

----- **Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e nove. -----**

----- **Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Integração do Município de Vimioso na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM) e aprovação dos respectivos Estatutos. -----**

----- **Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Adesão do Município à Entidade Regional de Turismo Norte. -----**

**Ponto Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Proposta de Criação de uma Sociedade Comercial com a Hidroequador – Exploração de Centrais Hidroeléctricas, Lda. -----**

**Ponto Três Ponto Sete) – Apreciação e Votação dos Instrumentos de Gestão Previsional da “Vimioso 2003” – Actividades Artesanais e Turísticas de**

**Vimioso E.M. ----- Ponto  
Três Ponto Oito) – Outros assuntos de interesse para o Município.-----**

**----- Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----**

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão tendo passado a palavra à senhora segunda Secretária para verificação das presenças. Compareceram os senhores: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves António Augusto Xavier Alves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Faustino dos Santos T. Gonçalves Pissarro, Nuno dos Santos Penascais Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Vítor Manuel Fonseca Pires, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Carlos Manuel Pinto de Oliveira, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, e Manuel Delfim Martins Miranda. -----

----- Registou-se a falta dos senhores deputados, Paula da Felicidade Ferreira Martins e César Manuel Veiga Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Matela. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, O Senhor Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os Senhores Vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, José de Jesus Cepeda Prada, e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

- Ainda pela senhora segunda secretária, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia. -----

**----- Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de dezanove de Setembro de dois mil e oito. -----**

----- Dado que todos os elementos da Assembleia estavam na posse da acta (enviada antecipadamente) e porque não houve intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou-a à votação tendo a mesma sido aprovada por

maioria com a abstenção do senhor deputado José Carlos Gonçalves por não ter estado presente na sessão. -----

**- Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

- Usou da palavra o senhor deputado Aníbal Alves do Rosário. Referiu-se à intervenção realizada na Igreja Matriz de Santulhão, feita pela Comissão Fabriqueira (fornecimento de materiais) e pela Câmara Municipal (disponibilização de mão-de-obra). Considerou esta colaboração muito positiva pois que conseguiu realizar-se uma obra com custos reduzidos. Nesse sentido dirigiu os parabéns à Câmara Municipal e aos funcionários destacados para o efeito. Concluiu dizendo que esta parceria permitiu a conservação/beneficiação de património de toda a comunidade. -----

O senhor deputado Acácio Fernandes, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: “ Felicito o Senhor Presidente da Câmara Municipal por ter alertado, mais uma vez publicamente e muito bem, alguns governantes que se deslocaram ao nosso distrito no passado mês, para a necessidade da ligação VIMIOSO/OUTEIRO e para a construção de uma MINI-HÌDRICA no rio Angueira em Algosó. Na ocasião e pelo que li num órgão de comunicação social, V. Ex.<sup>a</sup> referiu, como motivo impeditivo à realização destas obras, a riqueza faunística do nosso concelho, nomeadamente a existência de um tal rato cabreira no primeiro caso e da toupeira no segundo, o que teria provocado graça aos governantes presentes. Pois é, apesar de não nos darem nada, ainda se riem quando lhes pedimos alguma coisa! Caros colegas, membros desta Assembleia, na minha modesta opinião, esta atitude é a humilhação pura dos Vimiosenses, representa uma total ausência de educação cívica e política e um desrespeito e desprezo sem limites por cidadãos que merecem ser tratados como cidadãos de pleno direito e não como se fossem de um país de um sub-mundo longínquo. Não é pelo facto de muitos de nós irmos a Espanha comprar combustíveis e outras coisas que deixamos de ser portugueses dos de certo. Vamos porque nos oferecem melhores condições, e num mercado livre...certamente que estes cidadãos não deixarão de ter oportunidade para responder da mesma forma ao riso sarcástico dos que nos querem abandonar.

Uns têm direito a um acesso condigno de trinta quilómetros à futura auto-estrada. Tudo bem. Será porque nessa zona não há lagartos, não há lobos,

não há ratos cabrera, não há toupeiras, não há morcegos, não há borboletas? Apetece responder que não serão estas as causas, mas subentende-se.

Outros não somos dignos de ter um acesso de dez quilómetros a essa mesma via, acesso que não servirá apenas o nosso concelho. Tudo mal. Mas porquê? E o que dizer do IC5 que está previsto terminar em Duas Igrejas e, como tal, não chegar à cidade de Miranda do Douro? Se calhar é por causa de “Ila scoba”, não sei, talvez. Porque é que este IC5, além de ir até Miranda, não continua por Vimioso e chega ao nó de Rio Frio na futura AE? Razão tem o senhor Presidente da Câmara Municipal desta cidade quando diz:” acontecemos como o caminho-de-ferro que só chegou a Duas Igrejas”. Até parece que a história se repete: a velha linha ferroviária foi construída no século passado, e qual era o regime político de então? Esta nova linha rodoviária será construída neste século, e qual é o regime político actual? Pergunto: se o Executivo deste Município fosse de outra cor política as coisas seriam da mesma forma? Certamente que não. Se for este o sentir e o viver a Democracia por alguns actuais governantes que se dizem democratas, muito mal vai a nossa Democracia. Apesar de tudo, resta-nos acreditar que “ quem humilha será humilhado e que o último a rir é o que ri melhor”. UM BOM E SANTO NATAL PARA TODOS. “ --

----- Interveio o senhor deputado Manuel João Português. Mostrou-se muito satisfeito pelo facto de a Câmara Municipal ter admitido um funcionário formado no Centro de estudos de Formação Autárquica (CEFA). Considerou que a frequência de cursos no CEFA era uma boa aposta para quem terminava o ensino secundário uma vez que os alunos que completam um curso CEFA têm grande hipótese de emprego. Exemplificou com a sua própria experiência dizendo que ele próprio frequentara um curso CEFA e que, uma vez terminado, tinha sido colocado na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. Referiu que já cerca de dez anos andava, no ensino (professor) e que só se efectivara na altura em que tinha sido seleccionado para uma Câmara (logo após ter terminado o curso CEFA). -

----- O senhor deputado Nuno Penascais, no uso da palavra, elogiou a obra de beneficiação da Igreja Matriz de Junqueira, considerando ter sido feita uma boa intervenção tanto no edifício como no espaço envolvente. Questionou e pediu esclarecimentos acerca de comentários que são feitos dizendo-se que a Câmara ficou lesada em

cerca de duzentos mil euros pelo facto de o Tribunal de Contas ter reprovado o concurso da estrada Algosos-Matela. ----- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este começou por agradecer as intervenções. Relativamente a todos os entraves colocados à construção da ligação Vimioso-Outeiro e à mini-hídrica informou que aquando da presença do senhor Primeiro Ministro em Vila Flor lhe transmitira o seu descontentamento e o de todo o concelho pelo impasse e mesmo inviabilização desses investimentos fundamentais para o concelho. Disse concordar, com a necessidade de investimento público, a exemplo do que defende o senhor Primeiro-Ministro, no entanto pediu-lhe que Vimioso fosse também contemplado de forma a poder potenciar todos os investimentos feitos pela autarquia e por particulares. A propósito de particulares louvou e agradeceu a manifestação de alguns empresários aquando da presença do senhor Primeiro-Ministro em Bragança por ocasião da adjudicação da auto-estrada transmontana, que mostraram o seu descontentamento pelo facto de Vimioso ser o único concelho do distrito a não beneficiar de investimentos em acessibilidades. Sublinhou a sua frustração pelo facto de existirem promessas há cerca de treze anos, pelo facto de a estrada estar prevista no Plano Rodoviário Nacional, e nada ser feito, enquanto que a futura auto-estrada foi desbloqueada em pouco tempo. Respondeu ao pedido de esclarecimento do senhor deputado Nuno Penascas informando que a estrada Algosos-Matela estava integrada no programa da Rota da Terra Fria. Disse que tinha havida alteração do trajecto e, apesar de a Inspeção Geral da Administração do Território considerar que o objecto do concurso se mantinha, a obra era mais barata, o trajecto era menos acidentado e as populações tinham concordado com a mudança do trajecto, a verdade é que a mesma IGAT, por queixa do Partido Socialista de Vimioso, considerou que havendo alteração do trajecto, teria de ter sido lançado novo concurso. Como essa obra era financiada por Fundos Comunitários e atendendo à decisão da IGAT e Tribunal de Contas esses fundos não puderam ser aplicados nessa estrada. Contudo sublinhou, essas verbas não foram perdidas pois que, foram aplicadas noutras obras ainda que a construção da estrada tenha representado um maior esforço financeiro para a Câmara. Concluiu dizendo que não foram perdidos quaisquer fundos comunitários, sublinhando que este executivo nunca devolvera ou deixara de utilizar fundos comunitários, tendo mesmo já recorrido a verbas não utiliza-

das por outros organismos e que foram disponibilizadas a quem pretendesse recorrer às mesmas. ----- **Ponto Três)**

**– PERÍODO DA ORDEM DO DIA. ----- Ponto Três**

**Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade Municipal. -----** Estando

todos os membros na posse da informação (enviada antecipadamente) não houve qualquer intervenção/pedido de esclarecimentos. ----- **Ponto Três Pon-**

**to Dois) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de dois mil e nove. ----- Ponto Três**

**Ponto Três) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e nove. -----** Dada a

complementaridade existente entre os dois documentos referentes a cada um dos pontos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia propôs, e foi aceite, que fossem apresentados e discutidos em simultâneo, sendo que sua votação ocorreria separadamente. ----- Dada a palavra

ao Senhor Presidente da Câmara este fez a seguinte intervenção:

“ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal Exmos. membros da Assembleia Municipal

No estrito cumprimento da lei, em nome do executivo, apresento o Orçamento e o Plano para o ano de 2009, aprovados, por unanimidade, em sede de reunião ordinária da Câmara Municipal.

Apresentamos um orçamento global de 13.587.500,00 euros que se destina a onerar despesas correntes e de capital, mantendo uma taxa de investimento elevada, situação análoga à dos anos anteriores.

Devo salientar que o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional foi estruturado com uma gestão muito centralizada, a exigência de projectos de maior dimensão e avaliados em termos de selectividades, contemplando a competitividade em claro detrimento da coesão, conduz a um maior investimento nas zonas com mais população e economia, ou seja no litoral e nas grandes obras, com manifesto prejuízo dos municípios do interior, podendo em 2013, as desigualdades, em termos relativos, terem-se acentuado.

Não obstante, torna-se imprescindível prosseguir com o esforço de aproximação entre o custo dos serviços prestados e a receita daí proveniente, no sentido do esforço da autonomia financeira e da consolidação do funcionamento dos serviços e equipamentos.

Também se pretende uma determinada contenção das despesas correntes, com uma continuada aposta na evolução das tecnologias da informação e comunicação; aumento de produtividade através da qualificação dos quadros de direcção e chefia, dos quadros técnicos e do pessoal em geral; manter a contratação de serviços externos, garantindo qualidade nos serviços prestados.

Consolidar o funcionamento dos novos equipamentos sob responsabilidade directa em termos financeiros, do município, como seja: Pavilhão Multiusos (com inclusão da Loja do Cidadão);

Sr. Presidente e senhores membros da Assembleia,

Permitam-me seguidamente, referir alguns indicadores relacionados com os documentos previsionais:

#### ORÇAMENTO:

As receitas correntes apresentam o montante de 5.755.000,00 euros face à importância de 5.738.200,00 euros de despesas correntes, o que significa uma poupança corrente de € 16.800,00 euros.

O orçamento para 2009 apresenta, comparativamente ao de 2008, uma diminuição de 2,34%.

O orçamento das receitas de capital representa 57,64% do orçamento global, enquanto das correntes assume uma percentagem de 42,36%.

Da evolução da previsão das receitas totais, por fonte de financiamento, direi que a maior percentagem, ou seja, a quase totalidade advirá do FEF, do Fundo Social Municipal e IRS no montante de € 6.382.971,00, de Apoios Comunitários e outras com € 5.649.930,56, que, somadas atingem 89,88% do total.

As receitas próprias quedam-se pelos 5,13%, daí a necessidade urgente de gerar receitas ao alcance da autarquia, como sejam através da actualização anual e progressiva das taxas previstas nos respectivos regulamentos municipais.

Há a salientar no que se refere aos fundos comunitários e em complemento do que anteriormente aludi, que alguns dos que foram aprovados na vigência do III QCA, poderão receber-se no decurso do ano de 2009.

No tocante ao orçamento da despesa, ressalvo a necessidade de, no âmbito das competências legalmente conferidas ao município, a afectação de recursos ao desenvolvimento de actividades para satisfação das necessidades da população local.

As despesas correntes representam 42,23% do total do orçamento, valor inferior à média nacional de municípios que é de 57% e à média dos municípios de média dimensão que é de 56%.

As despesas de capital significam 57,77% do orçamento.

A previsão dos fundos da autarquia é dividida pelas várias unidades orgânicas, resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos desígnios traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

#### PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:

Neste documento concentram-se os grandes investimentos da autarquia, consubstanciados em 3 grandes objectivos, como podem constatar pela leitura desse documento previsional: as funções gerais, as funções sociais, as funções económicas e outras funções.

Prevê-se então, para o ano de 2009, um valor global de € 7.921.616,67, o qual inclui também despesas com pequenas reparações e conservações de equipamentos e imóveis, normalmente executáveis por administração directa, cujas importâncias se encontram imputadas em 0,44% às funções gerais, 82,19% às funções sociais, 9% às funções económicas e 8,37% às outras funções.

Apesar das limitações orçamentais vindas de enumerar, mas pensando sempre no desenvolvimento do concelho e do bem estar das suas gentes, apresentamos um Plano com 2 orientações preponderantes:

A 1ª respeita à necessidade de termos de saldar os investimentos que temos vindo realizar, por todos sobejamente reconhecidos e de inegável importância, porque estruturantes para este concelho;

A segunda, relaciona-se com os projectos/investimentos que consideramos prioritários e que asseguram a sustentabilidade do concelho em termos financeiros e de criação de emprego, a saber:

Estância termal da Terronha; PINTA – Parque Ibérico de Natureza e Aventura de Vimioso; Diversas requalificações Urbanísticas no concelho; conclusão do Canil Intermunicipal, Construção de polidesportivos no concelho, Beneficiação / Reparação do Mercado Municipal, entre outras.

Resulta claro que a grande preocupação assenta como afirmei, no desenvolvimento económico, gerador de postos de trabalhos e portanto, de riqueza, permitindo a fixação e atracção de pessoas, designadamente da classe mais jovem;

Sublinho que o nosso concelho se encontra dotado de infra-estruturas básicas com altas taxas de cobertura, com equipamentos adequados à promoção cultural, económica, turística, educacional e social.

É, pois, tempo de reforçar a aposta no desenvolvimento económico, concluindo estudos e projectos iniciados anteriormente;

Posso afirmar, com plena convicção, que Vimioso é um concelho pequeno no contexto nacional, mas grande em qualidade de vida das suas populações.

Temos prosseguido a nossa luta pela tão almejada estrada Vimioso-Pinelo-Outeiro, que nos permitirá o acesso ao IP4, futuramente e já adjudicada Auto-Estrada transmontana.

## SERVIÇO DA DÍVIDA

Esta Câmara situa-se dentro dos limites estabelecidos pela nova Lei das Finanças Locais e muito, muito longe ainda de se considerar em situação de ruptura financeira. Paralelamente, os investimentos têm prosseguido em bom ritmo e têm-se constituído como mola propulsora do desenvolvimento sustentado deste concelho.

Sr. Presidente e Senhores membros da Assembleia Municipal.

Apesar de todos os constrangimentos decorrentes dos atrasos do QREN e da situação da grave crise financeira que se atravessa a nível mundial e portanto nacional, é justo reconhecer o esforço da autarquia, dos seus funcionários e dos munícipes em geral na construção de um futuro melhor.

É ainda justo reconhecer que se trata de um Orçamento e de um Plano totalmente realistas, exequíveis, e sem qualquer propósito eleitoralista.

Para nós, o desenvolvimento sustentável do concelho, a defesa dos superiores interesses das populações estão e estarão sempre acima de toda e qualquer luta político-partidária.

É porque acreditamos nas potencialidades do nosso concelho e, em particular das suas laboriosas gentes, que continuamos a privilegiar o investimento, pois que, só assim, garantimos o desenvolvimento. “ -----

----- Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenções. -----

----- O senhor deputado Acácio Fernandes fez a seguinte intervenção/pedido de esclarecimentos:” em relação ao PPI como previsão que é, é na minha opinião um Plano exequível com um investimento mais ou menos igual ao deste ano de dois mil e oito, reflecte contenção como a actual situação económica nacional e mundial aconselha. Das obras inscritas espero que duas, em especial, sejam concretizadas que são: o Museu de Arte Sacra e o Arquivo Municipal. Gostaria que me esclarecessem algumas dúvidas: primeira; quais os projectos previstos que sejam comparticipados pelos Fundos Comunitários; depois na primeira página do Plano a construção de um heliporto, onde? Na segunda página construção de loteamentos, onde? Na terceira página a reabilitação do Centro Cívico de Vimioso segunda fase – aquisição de terrenos mil euros; há alguma coisa para pagar ainda? Na sexta página, requalificações urbanísticas no concelho, depois logo a seguir requalificação urbanística da área envolvente ao Arquivo Municipal, onde se situa? Na página oito reforços de abastecimento de água ao concelho, mantém-se a opção Rio Douro? Na página onze rede de bioparques de Flora Silvestre. Na página doze complexo Desportivo de Vimioso, qual é a infra-estrutura que vai ser construída. Na página treze construção

do Centro Cívico de Campo de Víboras, afinal parece que há alguma luz ao fundo do túnel. Página catorze construção de polidesportivos no concelho, quais? E onde? Página quinze ligações intra inter-freguesias; a ligação Vale de Frades/Vale de Pena estará incluída neste projecto? Construção de caminhos agrícolas, já se sabe quais são? Beneficiação da Estrada Municipal entre a EN duzentos e dezoito Vila Chã e o cruzamento para Granja/Silva; eu faço a seguinte pergunta: não seria preferível em vez de beneficiar o troço entre a Estrada Nacional duzentos e dezoito e Vila Chã quinta dos Picadeiros, construirmos uma ligação da zona industrial a Vila Chã? Claro que as duas seriam óptimas, as duas seriam o ideal, e finalmente a última na página dezassete construção de pavilhões na zona industrial de Vimioso.” -----

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Agradeceu as questões colocadas considerando que contribuem para uma melhor compreensão do Plano e Orçamento. Referiu que o Plano reflecte em grande parte o do ano anterior justificando com o facto de ainda não existirem certezas acerca dos projectos que poderão vir a ser financiados. Relativamente ao Museu de Arte Sacra, informou que o mesmo está a ser equipado com o mobiliário para posterior apetrechamento com as obras de arte Sacra. Quanto ao Arquivo Municipal informou que foi adjudicado o projecto que consiste na adaptação da Escola Conde Ferreira para Arquivo, esperando poder vir a ser candidatado a fundos comunitários. Referiu que, neste momento, a autarquia tem aprovada a candidatura apresentada ao QREN para o Parque Ibérico, bem como três candidaturas apresentadas à cooperação transfronteiriça (anterior INTERREG) a saber: Centro de comercialização de produtos do Parque Ibérico, beneficiação de um troço da estrada Vimioso -Três Marras (provavelmente o troço de Avelanoso às Três Marras) e recuperação de edifício para a zona de caça turística. Informou que a segunda fase do Arquivo Municipal corresponde à requalificação do largo Mendo Rufino e toda a envolvente da Escola Conde Ferreira. Quanto ao heliporto, referiu que decorre do protocolo com o Ministério da Saúde e que está previsto ser construído junto ao Campo de Futebol em frente dos estaleiros da Câmara. Referiu que a rubrica dos loteamentos respeita ao loteamento previsto para Argozelo (curtinha) para o qual será elaborado protocolo com a Junta de Freguesia, e se os lotes do loteamento de S. Vicente vierem a ser todos atribuídos

a Câmara iniciará um novo loteamento nos mesmos moldes. A rubrica referente à segunda fase do Centro Cívico respeita ao processo de expropriação de terreno cujas verbas ainda não foram definidas. Defendeu (a título pessoal) a opção rio Douro para o reforço de água no concelho. No entanto enquanto essa opção não avança irá ser lançado concurso para a construção de uma nova ETA no rio Angueira. Informou que consta do Plano a rede de Bioparques dado ter sido feita uma candidatura à cooperação Transfronteiriça. O complexo desportivo respeita à construção do grande campo de jogos em Vimioso no âmbito do programa “ um campo relvado em cada concelho”. Referiu que se mantém em Plano o Centro de Convívio de Campo de Víboras uma vez que também foi feita candidatura à Cooperação Transfronteiriça, aguardando o resultado da mesma. Quanto aos polidesportivos, informou que a Câmara pretende dotar o concelho de infraestruturas para a prática de vários desportos, donde, existindo verbas será equacionada a construção de mais polidesportivos descobertos. Quanto à ligação intra e inter-freguesias informou que existe projecto de execução para a ligação Vale de Frades – Vale de Pena, foram feitas candidaturas para a ligação Argoselo – Pontão de Coelhooso e ligação EN duzentos e dezoito – Vila Chã e cruzamento de Silva. Considerou a ligação Zona Industrial – Vila Chã muito pertinente, contudo sublinhou a necessidade de encontrar a melhor forma de elaborar projecto atendendo a que poderá haver entraves ambientais na zona do Angueira, considerando talvez, a hipótese caminho agrícola a mais viável. A propósito de caminhos agrícolas referiu que a rubrica existe porque ainda estão a decorrer pagamentos de caminhos realizados estando previstos outros (ex.: Argoselo para o qual existe projecto) caso haja a possibilidade de candidaturas a fundos comunitários. Os pavilhões previstos para a Zona Industrial destinam-se (quando houver verbas para esse efeito) a concentrar todos os estaleiros da Câmara num só local, bem como a disponibilizar pavilhões para privados que queiram investir no concelho (ninho de empresas). ----- No uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos Sérgio Pires, a propósito das ligações intra e inter-freguesias propôs a concretização de uma velha aspiração e que respeita à ligação das Minas de Santo Adrião a S. Pedro da Silva (concelho de Miranda do Douro). Solicitou também que a rubrica do PPI, construção de abrigos fosse concretizada, designadamente em Caçarelhos uma vez que o

actual já não está em bom estado, sendo ainda necessário pensar noutra localização que garanta mais segurança aos passageiros. -----

----- No uso da palavra o Senhor Vice Presidente referiu que a ligação (estrada) proposta pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, faz todo o sentido, como faz sentido, por exemplo a ligação Angueira-Especiosa, contudo sublinhou que só com fundos comunitários é que essas ligações podem ser feitas até porque, recordou, apenas cinco vírgula três por cento do orçamento respeitam a receitas próprias. Quanto aos abrigos informou que a candidatura para os mesmos terá de ser incluída na candidatura para a central de camionagem, não vendo, a breve prazo, grandes possibilidades de concretização donde, a Câmara e as Juntas de Freguesia têm vindo a colaborar na construção desses mesmos abrigos, nas localidades onde eles se revelam mais necessários. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel. Referiu que ouvira comentar que tinha havido problemas para vender os lotes do loteamento de S. Vicente, donde questionou qual a intenção de se poder vir a fazer um novo loteamento. Quanto às Minas de Santo Adrião, atendendo à beleza e à riqueza das grutas do local foi da opinião que as Câmaras de Vimioso e Miranda do Douro deveriam equacionar uma intervenção e um aproveitamento turístico do local. ----- Não tendo havido mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação tendo ambos (separadamente) sido aprovados por unanimidade e em minuta. -----

**Ponto Três**  
**Ponto Quatro) – Apreciação e Votação do Processo de Constituição da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM).** -----

----- Introduziu este ponto o senhor Vice Presidente tendo sublinhado a importância da constituição desta comunidade que integra os quinze municípios da NUT III Trás-os-Montes, propondo a aprovação da Integração do Município de Vimioso nesta Comunidade e conseqüentemente a aprovação dos respectivos estatutos, a qual se virá a revelar de extrema importância para candidaturas a apresentar pelo município no âmbito do QREN. Disponibilizou-se para qualquer esclarecimento remetendo para os documentos na posse dos membros da Assembleia relativos ao assunto. -----

----- O senhor deputado Vítor Paiva fez a seguinte intervenção: “ neste momento é de aplaudir tudo o

que seja associativismo porquê? Porque a velha filosofia diz que a união faz a força. Será através deste associativismo como disse o senhor Vice-Presidente que iremos buscar mais verbas para este concelho. Será uma maneira até útil para que possamos todos em conjunto pedir mais insistentemente a ligação ao IP4, e outros problemas que nos surgem quando não temos dinheiro. Mas, se tivermos um associativismo a sério e verdadeiro nós podemos ir mais longe e alcançaremos verbas que nos virão através sempre do governo evidentemente, mas via Bruxelas, porque eu creio e já o aponte aqui algumas vezes o não haver regionalização neste país, tem contribuído para nós não termos acesso directo às verbas de Bruxelas. A minha esperança é que através deste associativismo já o poderemos fazer e já podemos ir mais longe nas nossas ambições e na realização dos nossos anseios. Apenas lamento que alguns concelhos não façam parte desta associação porque eu gostava de ver associado todo o reino maravilhoso de Torga, esse reino maravilhoso é mais abrangente do que esta associação. Vamos ver se tiramos alguns lucros deste associativismo porque a única regionalização existente em Portugal neste momento são os municípios, e só através do associativismo ou da regionalização nós poderemos ir mais longe naquilo que queremos. Por isso, senhor Presidente, penso que ninguém votará contra este associativismo porque ele vai ser um meio de nós podermos alcançar no mínimo a nossa velha ligação ao IP4. “ -----

----- Na sequência desta intervenção e na linha da defesa do associativismo, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, propôs que as catorze freguesias se constituíssem em associação para, dessa forma, verem facilitadas as candidaturas ao QREN. Informou que as juntas de freguesia de Caçarelhos, Santulhão e Argoselo tinham apresentado candidaturas à modernização administrativa e nenhuma foi aprovada, donde, talvez via associação se pudesse ter mais êxito. -----

----- No uso da palavra, e relativamente à intervenção do senhor deputado Vítor Paiva, o senhor Vice – Presidente foi da opinião que a criação das comunidades intermunicipais é o embrião da criação de regiões administrativas. Quanto à proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, referiu que a Câmara Municipal estava disponível para dar todo o apoio. No entanto considerou que era necessário equacionar que tipo de candidaturas estavam a pensar fazer-se, alertando ainda que uma associação

desse tipo acarreta muitas despesas de funcionamento, considerando que as freguesias se podiam associar à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias). ----- O senhor deputado Manuel João Português, por princípio, manifestou-se a favor do associativismo, quanto mais não fosse para combater o isolamento em que nos encontramos. Relativamente à intervenção do senhor deputado Vítor Paiva, disse concordar com ela menos com a regionalização, considerando que não era pelo facto de haver regionalização que haveria mais dinheiro, até porque “o avião de Bruxelas, haja ou não haja regionalização, vai aterrar em Lisboa ou no Porto”. -----

----- Não se registaram mais intervenções. O senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta a integração do Município de Vimioso na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM) e respectivos estatutos. -----

**----- Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Adesão do Município à Entidade Regional de Turismo Norte. -----**

----- O senhor Vice-Presidente introduziu este ponto, remetendo para a documentação enviada. Sublinhou que esta nova entidade correspondia a uma nova forma de gestão e, atendendo a que a Câmara de Vimioso já anteriormente integrava a região de Turismo do Nordeste Transmontano, fazia, agora, sentido integrar esta nova entidade, ainda que mais distante fisicamente. -----

----- O senhor deputado Vítor Paiva interveio dizendo: “ com certeza que a Câmara não pode deixar de fazer parte deste turismo, porque esta terra, apesar de viver de um sector primário fundamentalmente que a agricultura, já começa a pôr os olhos noutros sectores, um deles é o turismo, porque para se viver melhor tem que se ter turismo. Hoje está demonstrado nacional e internacionalmente que assim seja, pois a Câmara terá de o fazer e terá o apoio com certeza desta Assembleia. No entanto há uma coisa que estamos a ver e que fere, quer no Governo anterior quer neste, é que tem de haver sempre um delegado... quer dizer a longa “manos” do Governo tem de se manifestar quotidianamente. Isso eu não posso deixar de dizer que está incorrecto, mas é uma incorrecção que não faz parte de nós, nem do Turismo, nem das Associações, nem nada, é o próprio Governo que ao emanar as leis da Assembleia da República do Terreiro do Paço

quer sempre controlar ao mínimo seja o que for. Às vezes tenta controlar o que se passa em nossas casas mas isso já é um bocado mais difícil pela inconstitucionalidade. Sempre que pode controla todo o associativismo. “ -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Proposta de Criação de uma Sociedade Comercial com a Hidroequador – Exploração de Centrais Hidroeléctricas, Lda.** -----

----- Introduziu este ponto o Senhor Presidente da Câmara. Informou que a Hidroequador era uma sociedade que pretendia recuperar moinhos existentes em linhas de água para produção de energia, sendo que os proprietários receberiam uma renda correspondente a uma percentagem da energia produzida. Informou ainda que o executivo deliberara integrar a sociedade a criar até porque a Câmara não entraria com qualquer verba. Disse já ter falado com alguns dos proprietários, esperando que a sociedade tenha êxito. Sublinhou que este projecto tem a vantagem de permitir a recuperação do património, muito dele destruído. -----

----- No uso da palavra o senhor deputado Aníbal do Rosário referiu-se à importância económica dos moinhos noutros tempos. Informou que em Santulhão existiam trinta e quatro sendo quase todos de vários proprietários. Considerou este projecto muito importante, tão importante que propôs e pediu que ele não ficasse limitado ao Angueira e Mações e que pudesse beneficiar todas as freguesias. Considerou o projecto importante a nível da recuperação do património, podendo ser potenciado para fins turísticos. Apesar de concordar que a Câmara integre o projecto mostrou-se algo céptico quanto aos benefícios (rendas) anunciadas. -----

O senhor deputado Vítor Paiva, interveio e deu os parabéns ao senhor Presidente da Câmara que mais uma vez se mostrou atento às possibilidades de recuperação do património em simultâneo com a criação de riqueza e postos trabalho. Alertou para a necessidade de na recuperação dos moinhos não permitir que a sua arquitectura seja descaracterizada. -----

O senhor deputado Acácio Fernandes no uso da palavra pediu esclarecimentos acerca da solicitação à Câmara Municipal para deliberação em Assembleia Municipal da declaração de interesse público do projecto. ----- O senhor Vice-

Presidente esclareceu que a declaração de interesse público é uma exigência legal solicitada pela Direcção Geral de Energia, a exemplo da declaração de interesse público aprovada para a mini-hídrica. Sublinhou que essa declaração só pode ser emitida, após a entrada do projecto na Câmara Municipal e respectiva aprovação. ----- Novamente no uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara informou que ele próprio estava a motivar os proprietários dos moinhos a aderir a este projecto, sendo que alguns estão já a registar os moinhos na conservatória e, em simultâneo, a empresa está a elaborar o projecto de recuperação dos mesmos a fim de os submeter à aprovação e licenciamento por parte da Câmara. Solicitou a todos os senhores presidentes de junta de freguesia que fizessem o levantamento de todos os moinhos a fim de estudar a viabilidade de poderem vir a ser utilizados para produção de energia. ----- Terminadas as intervenções passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**Ponto Três Ponto Sete) – Apreciação e Votação dos Instrumentos de Gestão Previsional da “ Vimioso 2003” – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso E.M. ----**

----- O senhor Vice-Presidente, na introdução deste ponto remeteu para a documentação distribuída. Sublinhou os pareceres positivos do Técnico e Revisor Oficial de Contas. Referiu que a Empresa Municipal continua a desenvolver com êxito as actividades para que foi criada, tendo destacado o recente êxito da Feira de Artes Ofícios e Sabores em parceria com várias associações do concelho. -----

----- Não se registaram pedidos de esclarecimentos e/ou intervenções, pelo que, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**Ponto Três Ponto Oito) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----**

----- Pediu e foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de avelanoso, José Quina. Referiu que o contentor do lixo existente no parque de merendas de Avelanoso tinha desaparecido (não é a primeira vez) sendo que tinha sido localizado no termo da freguesia de Angueira, donde, solicitou que o fossem buscar e colocar, de novo, no seu local, equacionando a hipótese de o prender com um cadeado e fornecer a chave à

empresa que recolhe o lixo. -----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara, considerando que o cadeado não resolveria nada pois que, se tratava apenas de uma questão de civismo. -----

----- Interveio o senhor deputado Manuel Oliveira, tendo alertado para o perigo que constituem duas ou três curvas na E.N. duzentos e dezoito entre Argoselo e Outeiro, pedindo à Câmara para intervir junto da Estradas de Portugal a fim de solucionar o problema que já originou vários acidentes. ----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara,

tendo informado que já dera conhecimento ao Senhor Vice-Presidente da Estradas de Portugal dos acidentes ocorridos nesse troço da EN duzentos e dezoito, informação recolhida junto da GNR, concordando com as preocupações do senhor deputado e ficando à espera que a Estradas de Portugal tome medidas. ----- O senhor deputado Aníbal do Rosário mostrou a sua preocupação com os vários acidentes designadamente com animais que se têm verificado na Estrada Nacional que atravessa Santulhão resultando prejuízos avultados para os donos dos animais. Neste sentido sugeriu que fosse colocada mais sinalética ou construídas passagens subterrâneas para a travessia de animais. ----- Pediu e foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

Referiu que na anterior sessão desta Assembleia o senhor deputado José Luís Rodrigues afirmara que a Câmara era conivente relativamente à venda de lotes na zona industrial entre particulares, não fazendo cumprir o regulamento. Mais ainda desafiou o executivo a apresentar exemplos de autorização de venda de lotes entre particulares tendo afirmado nunca ter existido qualquer autorização. ----- Ora o Senhor Vice-Presidente apresentou cópia da acta da reunião ordinária da Câmara de 6/3/2006 em que foi deliberado autorizar o senhor Vimibetão e Luís dos Santos Garrido a vender os lotes vinte e dois e vinte e três de acordo com informação técnica. Acrescentou que o executivo actua de forma transparente e sempre na total defesa dos interesses da autarquia. -----

----- Ora o Senhor Vice-Presidente apresentou cópia da acta da reunião ordinária da Câmara de 6/3/2006 em que foi deliberado autorizar o senhor Vimibetão e Luís dos Santos Garrido a vender os lotes vinte e dois e vinte e três de acordo com informação técnica. Acrescentou que o executivo actua de forma transparente e sempre na total defesa dos interesses da autarquia. -----

----- **Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não se registaram intervenções neste período. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

---

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

---